



CIDADE DE SÃO PAULO GESTÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo, CEP 01002-020, CNPJ Nº 46.395.000/0001-39

ATA SINTÉTICA DE MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO

NÍVEL BÁSICO (PCCS-NB) E NÍVEL MÉDIO (PCCS -NM)

ANO – 2019 – REUNIÃO 4

Aos três dias de setembro de dois mil e dezenove, às quinze horas, na sala de reuniões do secretariado do oitavo andar da sede da Prefeitura Municipal de São Paulo, no Viaduto do Chá, nº 15, foi realizada a quarta reunião da Mesa Setorial do Nível Básico e Médio do Quadro de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do ano de dois mil e dezenove, no intuito de dar continuidade à retomada das mesas de negociação do Sistema de Negociação Permanente (SINP), acordado no Protocolo de Negociação Nº 1/2019, entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Fórum das Entidades Sindicais do SINP.

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes da administração municipal de São Paulo:

- . CLEIDE BAUAB, secretária adjunta da Secretaria Municipal de Gestão;
- . CLARISSE DE ALMEIDA, chefe da Assessoria de Relações de Trabalho;
- . CLAUDIA DE CRESCENZO, coordenadora da Mesa Setorial da Saúde;
 - . NATHALIA VIEIRA, estagiária da Assessoria de Relações de Trabalho;
 - . PEDRO LAHOS, estagiário da Assessoria de Relações de Trabalho;

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes das entidades sindicais:

JOSÉ ACIOLI, representante da Associação dos Escriturários Municipais de São Paulo - AEMSP; OSVALDO VAZÃO, representante da Associação dos Escriturários Municipais de São Paulo - AEMSP; DENIS DANTAS, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP; JOEL SANTOS, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP; MARGARIDA GENOFRE, representante do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - APROFEM; PAULO SOARES, representante do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - APROFEM; FELICIANO DINIZ, representante da Associação dos Servidores Municipais de São Paulo - ASMUSP; MARCO ANTÔNIO, convidado representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE; MÁRCIA DE OLIVEIRA, representante da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores do Município de São Paulo - FASP; LUIS GUERRA, representante da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores do Município de São Paulo - FASP; DJALMA PRADO, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP; VLAMIR LIMA, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP.

- **Pautas:**

Continuidade das mesas de negociações, com apresentação da Secretaria Municipal de Gestão acerca das reestruturações referentes aos Quadros de Nível Básico e Médio.

- **Apontamentos iniciais:**

Foram levantadas algumas questões pelas entidades antes da abertura da sessão. Vlamir Lima (SINDSEP) questionou sobre o desconto em folha, referente ao dia 16/07/2019, no qual servidores alegaram cortes de pontos em algumas unidades da Saúde. Em seguida perguntou em que processo se encontra a minuta do Projeto de Lei sobre o Abono Emergencial.

A Chefe da Assessoria de Relações de Trabalho, Clarisse de Almeida, informou que os questionamentos referentes ao Projeto de Lei do Abono já foram encaminhados ao gabinete, porém ainda não tiveram uma resposta do Governo, já que essa questão não depende só da alçada da Secretaria de Gestão. A Secretária Adjunta, Cleide Bauab, endossou a fala de Clarisse dizendo que tem muitos assuntos fora da alçada da Secretaria de Gestão.

Margarida Genofre (APROFEM) solicitou uma audiência com a Casa Civil, via ofício, com o Prefeito para tratar acerca do cumprimento do Protocolo de Negociação de março de 2019, assinado entre a Prefeitura e o Fórum das Entidades Sindicais do Funcionalismo Público da Cidade de São Paulo.

Clarisse de Almeida ampara a posição da APROFEM em articular com outros atores políticos, entretanto, pondera que apesar de alguns assuntos acordados estarem atrasados, como o Abono Emergencial, outras conquistas já estão resguardadas, como a volta das Mesas de Negociação, instrumento importantíssimo para a manutenção do diálogo entre as bases do funcionalismo público e Prefeitura.

- **A Chefe da Assessoria de Relações de Trabalho Clarisse de Almeida dá abertura à Mesa Setorial de Negociação do Nível Básico e Médio:**

Iniciada a sessão, houve uma rodada de apresentação dos presentes. Em seguida, Clarisse de Almeida apresentou o panorama conjuntural o qual apresenta o restabelecimento das Mesas de Negociação à luz do Protocolo de Negociação 01/2019; a instalação de Comissões Paritárias de Greve em 16/07 e 15/08; visita às entidades representativas pela Assessoria de Relações de Trabalho para escuta ativa; o Substitutivo 05/19 do Projeto de Lei 616/18 que permanece com efeitos suspensos na Câmara Municipal; e a abertura de encontro de trabalho, proporcionada pela Gestão, no dia 27/08/2019 para que entidades apresentassem propostas e deliberações para as carreiras.

Em seguida, Clarisse de Almeida apresentou algumas convergências entre a estrutura da proposta de reestruturação da Prefeitura e da AMAASP, as quais são: 3 etapas; vigência em outubro; modelo de subsídio; 3 níveis; 1 ano e meio para progressão e promoção com fim da trava; admitidos integrados no B5 e M5; abertura para não optantes; 20 referências para Nível Médio e extinção dos segmentos do Nível Médio.

Márcia de Oliveira (FASP) ressaltou que as 20 referências não é consenso entre as entidades sindicais. Clarisse de Almeida pergunta se alguma entidade é contrária à abertura para não optantes e extinção dos segmentos do Nível Médio. Todos se manifestaram a favor da abertura para não optantes, já em relação à extinção dos segmentos do Nível Médio, Vlamir Lima (SINDSEP) afirmou não ser consenso. Entretanto, no documento final do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 146/2016 - SMG, o parecer técnico expõe unanimidade entre as entidades quanto a extinção de segmentos.

Após o panorama conjuntural, Clarisse de Almeida ressaltou as motivações e importância da reestruturação. A valorização salarial de servidores que se encontram na base da administração e não recebem reajuste desde 2013, buscando o princípio de isonomia no trabalho; a busca pela implementação das produções do Grupo de Trabalho de Reestruturação do Nível Médio de março de 2018; lidar com a complexidade da judicialização que atinge 66% do Nível Médio e 62% do Nível Básico; mudança para o modelo de subsídio, oportunizando uma forma de retribuição simplificada, para maior transparência e fiscalização da sociedade; e por fim atenuar a corrosão inflacionária que alcançou a porcentagem de 39,27% acumulado entre janeiro de 2013 a julho de 2019.

A proposta para o Nível Básico tem como premissas: reestruturação em 3 etapas (2019, 2020 e 2021) com vigência em outubro de cada ano e reposição inflacionária sobre o reajuste médio da carreira, partindo do B1 em R\$1.574,17 e chegando no B15 em R\$3.187,32. Como configuração a proposta prevê o modelo de subsídio; 15 referências; 3 níveis; 1 ano e meio para progressão; 22 anos e meio para alcançar a última referência; admitidos integrados no B5; abertura para não-optantes integrarem PCCS-NB e integração linear. Em abril de 2021 os servidores ativos já teriam a primeira progressão na nova carreira, e caso a conversão de modelo acarretar em valor menor de remuneração ao servidor, será concedido o Subsídio Complementar.

A proposta atual do Nível Médio tem como premissas: reestruturação em 3 etapas (2019, 2020 e 2021) com vigência em outubro de cada ano e reposição inflacionária sobre o reajuste médio da carreira, partindo do M1 em R\$1.918,20 e chegando no M20 em R\$6.072,99. Como configuração a proposta prevê o modelo de subsídio; 20 referências; 3 níveis; 1 ano e meio para progressão; 30 anos para alcançar a última referência; admitidos

integrados no M5; abertura para não-optantes integrarem PCCS-NM; integração linear e extinção dos segmentos dos AGPPs. Em abril de 2021 os servidores ativos já teriam a primeira progressão na nova carreira, e caso a conversão de modelo acarretar em valor menor de remuneração ao servidor, será concedido o Subsídio Complementar.

Márcia de Oliveira (FASP) coloca que os valores da tabela apresentada pela Gestão não se adequa a realidade, visto que a média bruta desconsidera o que de fato os servidores recebem. Além, os servidores de Nível Básico ficaram represados por seis anos na referência B5 por falta de normativas da Gestão, a integração por linearidade perpetua as injustiças cometidas pela Administração Pública. E no que tange o número de referências, Márcia foi enfática em colocar que é uma penalização ao servidor público, tanto que apenas 131 servidores estão atualmente no M15, demonstrando que a promoção e progressão no funcionalismo público apresenta obstáculos. Por fim, solicitou o impacto das propostas apresentadas.

Denis Dantas (AMAASP) aponta a incoerência no discurso da Gestão em pedir isonomia quanto ao modelo remuneratório, seguindo as reestruturações passadas, entretanto, o aumento apresentado pela Gestão ao Nível Básico e Médio se atém apenas a reposição inflacionária, diferindo das passadas que tiveram um aumento de mais de 100%. O representante sindical coloca que é contra a adoção de uma integração linear “pura”, recordando da apresentação do servidor Vlamir na Mesa Setorial do dia 27 de agosto de 2019. Ressalta também a importância de que na próxima Mesa seja realizada transmissão ao vivo, porém foi negado pela Gestão, por possíveis maus entendidos e atritos que poderiam vir a ocorrer. Além, Denis pondera que ao visitar os locais de trabalho dos servidores do Nível Básico e Médio, a maioria não apresenta argumentos contra o modelo de subsídio, mas sim em relação a majoração salarial apresentada na tabela. Ao final, coloca que é necessário os sindicatos sentarem com os atores políticos que darão a última palavra quanto as reestruturações, no caso a Secretaria de Governo e Fazenda. E colocou como prazo final para a apresentação, pela Prefeitura, de uma proposta passível de aceitação a data de 17/09/2019.

Margarida Genofre (APROFEM), reitera o posicionamento das Mesas passadas quanto ao modelo de subsídio, demonstrando-se contrária a qualquer proposta de reestruturação que tenha como premissa o fim do padrão de vencimentos, visto que a Prefeitura Municipal de São Paulo não possui uma política salarial, apenas o Reajuste Geral

Anual (RGA) de 0,01% para todo o funcionalismo público. Márcia de Oliveira (FASP) coloca que a valorização por meio da progressão é consequência do tempo de serviço, entretanto, acaba se tornando a política salarial da Prefeitura, porém ao passar para o modelo de subsídio, nem isso os servidores teriam nos seus respectivos salários.

Djalma (SINDSEP) foi enfática ao afirmar que o SINDSEP se mantém contrário à integração linear na reestruturação para o modelo de subsídio, defendendo que a migração de modelo seja feita através da contagem de tempo do servidor. Em seguida, disse que a tabela proposta não é passível de aceitação, considerando os valores abaixo da realidade salarial atual dos servidores, dando como exemplo a própria situação, citando a referência a qual faz parte e o salário proposto. Por fim, coloca não ser justo optar pela integração linear, pois os servidores não conseguirão alcançar a maturidade da carreira.

Lima (SINDSEP) disse que a questão da média remuneratória é uma análise rasa a ser feita, seja com ação judicial ou sem ação, pois é o que o servidor acumulou justamente. Argumentou que a proposta não atende a categoria e a Administração precisa mudar essa análise, levando em consideração o que o servidor ganha realmente e não apenas a tabela com valores brutos.

Joel Santos (AMAASP) informou que a tabela com majoração salarial deveria estar compatível com o mercado de trabalho e principalmente com outros entes municipais, como a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. Apontou que já realizou um estudo a respeito e que encaminhará para a Gestão.

Claudia de Crescenzo, Coordenadora da Mesa de Negociação da Saúde, expôs alguns casos ocorridos durante as negociações de 2015, para a reestruturação do Quadro da Saúde. No que tange a integração linear, as entidades sindicais da saúde também foram contra, porém, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou um adiantamento da promoção e progressão para as carreiras, com o intuito de atenuar as mudanças para o modelo de subsídio. Pondera que não vê sentido aumentar as referências dos Quadros do Nível Básico e Médio, posicionando-se a favor da manutenção do número de referências e por uma melhora dos intervalos de majoração salarial.

Clarisse de Almeida retomou a palavra perguntando a todos, para a constatação em ata, se rejeitavam as tabelas apresentadas, obtendo como resposta, unânime, a rejeição das propostas. Em seguida, apontou que o fenômeno da judicialização é um direito incontestável do servidor, porém deve ser apurado com cautela. Afirmou que o seu trabalho é diminuir o abismo entre os trabalhadores e o Governo, facilitando o diálogo e na constante busca por justiça e isonomia. E por fim, ponderou que as melhorias para os Quadros de Nível Básico e Médio estão menos longe do que antes.

- **Encaminhamentos Finais**

- . Rever a questão de não desconto e compensação da paralisação realizada em 16 de julho de 2019;
- . Revisão das premissas (integração linear e aumento de referências) com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Gestão;
- . Apresentação dos impactos orçamentários das reestruturações do Nível Básico e Médio na próxima Mesa de Negociação, marcada para o dia 10 de setembro de 2019;
- . Abertura para opção em todos os Quadros do funcionalismo público;
- . Projeto de Lei acerca do Abono Emergencial para o Nível Básico e Médio apartado das demais pautas da Prefeitura Municipal de São Paulo.